

REGULAMENTO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO FUNERAL DA CAIXA DE BENEFICIÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DA EMATER - MG - CABEFE

CAPÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO DO BENEFÍCIO

Art. 1º - A CAIXA DE BENEFICIÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DA EMATER – MG - **CABEFE**, tendo em vista o que dispõe a alínea “b” do artigo 2º do seu Estatuto, regulamenta o Benefício do Auxílio Funeral.

CAPÍTULO II – DO OBJETIVO DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 2º - O Benefício do Auxílio Funeral tem como objetivo amparar os Associados e seus Dependentes Legais, na forma deste regulamento, em caso de morte.

Parágrafo Único – Serão considerados Dependentes Legais do Associado, para fins de elegibilidade ao auxílio funeral, aqueles que detiverem tal condição para efeito do imposto sobre a renda, comprovado mediante entrega de cópia da declaração de Imposto de Renda do Associado.

CAPÍTULO III – DO FATO GERADOR DO PAGAMENTO DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 3º - O Auxílio Funeral será pago aos beneficiários descritos neste Regulamento em caso de falecimento do Associado ou dos seus Dependentes Legais, desde que observados os seguintes requisitos:

- I. O Associado deverá estar regularmente inscrito junto a **CABEFE** a época do fato;
- II. O Associado deverá estar, a época do fato, em dia com suas contribuições junto a **CABEFE**;
- III. O Dependente Legal deve possuir tal condição para efeito do imposto sobre a renda, comprovado mediante entrega de cópia da declaração de Imposto de Renda do Associado.

Parágrafo único: O Associado recém inscrito deverá ter realizado, a época do fato, no mínimo 02 (duas) contribuições efetivas à **CABEFE** para fazer jus ao Auxílio Funeral.

CAPÍTULO IV – DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º - Serão considerados beneficiários do Auxílio Funeral tratado neste Regulamento aqueles indicados pelo Associado em termo próprio a ser fornecido pela CABEFE e que possam receber o benefício em caso de falecimento do próprio Associado .

Parágrafo Primeiro: A designação do beneficiário, pelo Associado, deverá ocorrer dentre aqueles considerados herdeiros necessários conforme legislação civil aplicável, por sua livre escolha e sem necessidade de observação da ordem hereditária.

Parágrafo Segundo: Em caso da inexistência de herdeiros necessários, devidamente atestada pelo Associado, esse poderá indicar qualquer terceiro para a finalidade de recebimento do Auxílio Funeral.

Art. 5º - Para recebimento do Auxílio Funeral, o beneficiário indicado pelo Associado ou seu Dependente Legal deverá se apresentar à CABEFE e apresentar:

- I. Cópia da Certidão de Óbito do falecido;
- II. Comprovação da condição de herdeiro necessário, conforme o caso;
- III. Documento probante da condição do Dependente Legal, conforme o caso.

Art. 6º - O Auxílio Funeral será pago ao Beneficiário, após checagem da elegibilidade, em até 60 (sessenta) dias contados da data da entrega à **CABEFE** da documentação necessária.

Art. 7º. O falecimento ou desinteresse do beneficiário indicado pelo Associado para fins de recebimento do Auxílio Funeral não outorga a terceiros a prerrogativa de solicitar à CABEFE o pagamento do benefício, ficando desobrigada a entidade de tal encargo, a despeito do vínculo de parentesco entre os indicados e terceiros.

Parágrafo Único – Compete ao Associado o dever de manter atualizados seus dados cadastrais, inclusive quanto à designação do beneficiário indicado para fins de Auxílio Funeral, bem como informá-lo quanto às providências para posterior solicitação à CABEFE.

CAPÍTULO V - DO VALOR DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 8º - No caso de falecimento do Associado, o valor do Auxílio Funeral será correspondente a 04 (quatro) salários mínimos vigentes na data do fato.

Art. 9º - No caso de falecimento do Dependente Legal, na forma deste regulamento, o valor do Auxílio Funeral será correspondente a 02 (dois) salários mínimos vigentes na data do fato.

Art. 10 – Os valores eventualmente devidos pelo Associado à CABEFE serão descontados do valor do Auxílio Funeral, antecipadamente ao pagamento a eventual beneficiário.

CAPÍTULO VI – DO PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DO BENEFÍCIO

Art. 11 - O Auxílio Funeral poderá ser requerido em até 01 (um) ano contado da data do óbito do Associado ou do Dependente Legal, a partir do qual haverá a perda do direito.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - Todas as dúvidas e omissões deste Regulamento serão dirimidas pelo Conselho Deliberativo, mediante avaliação de proposta apresentada pela Diretoria Executiva.

Art. 13 - Este regulamento revoga todas as disposições referentes ao Auxílio Funeral em contrário e entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da CABEFE.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2019.